

Festa de confraternização fecha o calendário anual da AMMP

Alex Lanza



A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) encerrou oficialmente o calendário de 2015 com a festa anual de confraternização no Ilustríssimo, em Belo Horizonte, na noite de 4 de dezembro.

PÁGINAS 8 E 9

Nova diretoria toma posse em 4 de janeiro

A Diretoria eleita em 20 de novembro, biênio 2016-2018, toma posse no dia 4 de janeiro próximo. Votaram 853 associados. A chapa única Avanços Institucionais foi encabeçada pelo promotor de Justiça José Silvério Perdigão (foto). Adélia Lage de Oliveira presidiu a Comissão Eleitoral, composta por Fernando César de Mattos, Maria Lúcia Gontijo, Najla Naira Farah e Valéria Felipe Silva Gontijo Soares.



Maria do Socorro Mattos

PÁGINA 3

Contas da AMMP são aprovadas por unanimidade

As contas da AMMP e da AMMP-Saúde, relativas a 2014, foram aprovadas por unanimidade, em assembleia geral realizada no dia 23 de novembro, presidida pelo procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta. Na ocasião, foi autorizada a venda de dois apartamentos no Barro Preto para a aquisição de dois flats.

PÁGINA 3

Academia de Letras do MP homenageia Nedens Ulisses

PÁGINA 2

Associação apresenta balanço

Nedens Ulisses recebe Medalha da Academia de Letras do MP



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062

Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente:
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente:
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente:
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente:
Gustavo Mansur
Balsamão

1º diretor administrativo:
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor administrativo:
Gilberto Osório Resende

1º diretor financeiro:
Selma Maria Ribeiro
Araújo

2º diretor financeiro:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais promoveu, dia 11 de dezembro, a entrega da Medalha de Honra ao presidente de Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Nedens Ulisses, e a seus integrantes. Na ocasião, foram empossados Enéias Xavier Gomes e Sérgio Soares da Silveira. Logo depois da solenidade, foi realizado coquetel de conagraçamento.

O presidente da Academia de Letras, procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta, ao abrir a sessão solene, saudou todos presentes e, especialmente, Nedens Ulisses, presidente da AMMP, que “deu abrigo à Academia, à nossa associação Literária”, destacou. Na ocasião, Abritta anunciou a segunda edição da Revista Literária.

Os novos acadêmicos Enéias Xavier e Sérgio Soares leram o termo de compromisso.

Nedens Ulisses, emocionado, agradeceu a honraria e resumiu a história e instalação da Academia, idealizada pelo procurador de Justiça Antônio Lopes Neto.

Os membros da Academia de Letras do MPMG, a primeira do gênero no Brasil, são: Abelardo de Barros Pádua, Abelardo Teixeira Nunes, Antônio Aurélio Santos, Antônio Francisco Patente, Antônio Lopes Neto, Bergson Cardoso Guimarães, Bertoldo Mateus De Oliveira Filho, Danielle de Guimarães Germano Arlé, Élide de Freitas Rezende, Enéias Xavier Gomes, Gilberto Osório Resende, Joaquim Cabral Netto,

Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Abritta, Marcos Paulo De Souza Miranda, Maria De Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves, Maria Odete Souto Pereira, Maurício Braga de Mendonça, Octávio Augusto Martins Lopes, Rogério Greco, Selma Maria Ribeiro Araújo, Sérgio Parreiras Abritta e Sylvio Fausto de Oliveira.

Dentre outros, participaram da solenidade o procurador-geral adjunto Mauro Flávio Ferreira Brandão, representando o procurador-geral Carlos André Mariani; o presidente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Jarbas Soares Jr.; e o presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmp), Sérgio Tonet.

Vade Retro: casos, anedotário e reminiscências



Foi lançada, no dia 15 de dezembro, a terceira edição revista e aumentada de *Vade Retro: casos anedotário e reminiscências*, de Antônio Aurélio, Bertoldo Mateus e Leontino Chaves. Segundo o cantor Saulo Laranjeira, os autores “sempre estiveram atentos ao cotidiano da gente mineira, registrando múltiplos aspectos da vida interiorana, principalmente os pitorescos fatos que ocorrem nos fóruns e tribunais. Predomina muitas vezes a linguagem usada no universo literário da chamada Justiça, o que não é comum nos contos populares, e conseguem a proeza de não só agradar

aos iniciados, estudantes e profissionais do Direito, mas também a todos aqueles que gostam de uma boa prosa. O resultado é surpreendente. Uma vigorosa narrativa com uma ótima dose de humor e ironia”.

São 58 peças, entre elas “Brejo das Almas, A testemunha do estupro, O louco injustiçado, Ascensão e queda de um promotor de peso, A decisão salomônica, Crime sem castigo, O delegado Perdígão e a turma do Lourival, O comedor de Conselheiro Pena, A noite em que o pão-duro amoleceu, Sedução, O valentão do mercado e o porrete de Absalão e Nego Ximite”.

Posse da nova diretoria será no dia 4 de janeiro

Toma posse, no dia 4 de janeiro, a nova diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) - biênio 2016-2018. A chapa única Avanços Institucionais foi encabeçada pelo promotor de Justiça José Silvério Perdigão. A eleição ocorreu no dia 20 de novembro. Votaram 853 associados.

A diretoria é composta por José Silvério Perdigão de Oliveira, presidente; Enéias Xavier Gomes, 1º vice-presidente; Larissa Rodrigues Amaral, 2º vice-presidente; Luiz Felipe de Miranda Cheib, 3º vice-presidente; Fabiano Mendes Cardoso, 4º vice-presidente; Francisco Chaves Generoso, 1º diretor administrativo; Fabiano Ferreira Furlan, 2º diretor administrativo; Edson Ribeiro Baeta, 1º diretor financeiro; Eduardo Francisco Lovato Bianco, 2º diretor financeiro.

O Conselho Deliberativo/Capital é formado por Antônio José Leal, Iraides de Oliveira Marques

Caillaux, Josélia de Almeida Santos, Marcos Viola de Carvalho, Maria Odete Souto Pereira, Nélio Costa Dutra Júnior, Patrícia Ribeiro de Oliveira. O Conselho Deliberativo/Interior tem na composição Calixto Oliveira Souza, Fábio Soares Guimarães Filho, Felipe Gustavo Gonçalves Caires, Fernando de Abreu Mendes, Francisco Ângelo Silva Assis, Hélio Pedro Soares, Wagner Marteleto Filho. Do Conselho Fiscal fazem parte Alessandro Garcia Silva, Ângelo Alexandre Marzano, Décio Monteiro Moraes, Epaminondas da Costa,



João Paulo Fernandes, Luz Maria Romanelli de Castro.

▲ Najla Naira, Maria Lúcia e Adélia Lage, presidente da Comissão Eleitoral

Comissão Eleitoral

Adélia Lage de Oliveira presidiu a Comissão eleitoral, composta por Fernando César de Mattos, Maria Lúcia Gontijo, Najla Naira Farah e Valéria Felipe Silva Gontijo Soares.

Contas da AMMP são aprovadas por unanimidade

Foram aprovadas no dia 23 de novembro, por unanimidade, as contas da AMMP e da AMMP-Saúde, relativas ao exercício de 2014. Também foi autorizada a venda de dois apartamentos no Barro Preto para aquisição de unidades de flats em Belo Horizonte.

A assembleia geral foi presidida pelo ex-presidente Luiz Carlos Abritta.

A prestação de contas demonstra, detalhadamente, como foram gastos e aplicados os recursos arrecadados da contribuição

dos associados e de outras fontes de receita.

Foram submetidos à apreciação da assembleia o balanço de 2015, as notas explicativas sobre as demonstrações contábeis emitidas pelo contador da AMMP e o relatório dos auditores independentes.

O terceiro vice-presidente da AMMP e diretor da AMMP-Saúde, Edson Baeta, fez explanação sobre os serviços médico-hospitalares prestados no exercício de 2014, além de expor os números que atestam a solidez financeira do plano de saúde.

Flats

Atendendo à demanda dos associados, a AMMP adquiriu mais duas unidades de apartamentos no Niagara Flat, localizado na Rua Timbiras, 3.135, próximo à sede da Associação.

Com a venda dos apartamentos localizados na Rua Ouro Preto, conforme autorizado em Assembleia, será possível efetuar a compra de mais quatro unidades de flats, sendo que duas já estão sendo negociadas.

A AMMP terá então, além dos dois apartamentos na Rua Aimorés, oito unidades de flats para receber os associados do interior que precisarem de hospedagem na capital.

AMMP-Saúde ganha, pela segunda vez, nota máxima no IDSS



A AMMP-Saúde recebeu nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar 2014-IDSS, conforme divulgação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

No ano passado, o plano de saúde do Ministério

Público de Minas Gerais também recebeu nota máxima.

Conamp reúne assessores de comunicação das afiliadas em Brasília



DANIEL HENRIQUE

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) promoveu, no dia 26 de novembro, o I Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação da Conamp e Afiliadas (Enascom), em Brasília. Participaram assessores de 16 estados.

▲ A abertura do encontro foi feita pela assessora Juliana Campêlo

O grupo foi recebido pelo 1º vice-presidente da Conamp, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo, e pela assessora de imprensa Juliana Campêlo. A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) foi representada pelas jornalistas Ofélia Bhering e Bárbara Peixoto.

Na abertura do encontro, Victor Hugo destacou os riscos pelos quais passa o Ministério Público. Segundo ele, esses riscos são gerados, sobretudo, pelas expectativas da sociedade sobre o MP, o que provoca a necessidade de trabalhar a comunicação voltada tanto ao público interno como o externo e alinhar a linguagem entre as associações. Ele lembrou a bem-sucedida campanha realizada, há dois anos,

contra a PEC 37/2011, que restringia o poder investigativo do MP. Segundo ele, ao expor o assunto à opinião pública, o MP conseguiu o apoio da sociedade e a rejeição da proposta na Câmara dos Deputados.

No encontro, realizado na sede do Ministério Público Militar, foram ministradas três palestras: “Planejamento estratégico: como elaborar e cumprir um plano de ação”, pelo professor da Universidade de Brasília Gerson Scheid, coordenador de Comunicação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, “Redes Sociais: a experiência do CNMP quanto à elaboração e execução de uma política digital”, proferida por Natália

Senna Veloso, e sua adjunta, Tatiana Jebrine; e “O papel das assessorias do Ministério Público no fortalecimento da imagem ministerial na mídia”, pelo jornalista Inácio Muzzi, da CDN Comunicação.

Foi realizado também um trabalho prático, no qual foram pensadas ações para montar uma estratégia de marketing especial para o Dia Nacional do Ministério Público, que seria celebrado em 14 de dezembro.

Participaram assessores de Comunicação das associações do Ministério Público do Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Paraná, Amazonas, Distrito Federal e Goiás.

Ao expor o assunto à opinião pública, o MP conseguiu o apoio da sociedade e a rejeição da proposta na Câmara dos Deputados

A Voz do Ministério Público aborda o crescimento das cidades e o papel do MP



BÁRBARA PEIXOTO

▲ Benny Conhen e Marta Alves Larcher

A promotora de Justiça Marta Alves Larcher, coordenadora estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, foi a entrevistada do dia 24 de outubro de *A Voz do Ministério Público*. Marta falou sobre o crescimento das cidades e o papel do Ministério Público para sanar os problemas decorrentes.

O programa vai ao ar às terças-feiras, às 12h30 e às 22 horas,

pela TVCBH - canal 6 NET; canal 13 da OI; e pelo site www.tvcbh.com.br. É reprisado pela TV Comunitária de Belo Horizonte às quintas-feiras, às 14 e às 22 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. É também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19 horas; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30.

Todos os programas estão disponíveis no site da AMMP (www.ammp.org.br).

Fesmp e Universidade de Roma promovem Curso de Direito Penal e Violência Doméstica

Estão abertas as inscrições à segunda turma do curso de formação complementar *Diritto Penaçe e violenza domestica: I reati di genere e gli abusi All' Infanzia* (Direito penal e violência doméstica: crimes de gênero e abusos contra crianças), a se realizar de 10 a 20 de outubro de 2016 na Università Degli Studi di Roma - Tor Vergata, na Itália.

Com 50 horas/aula, o curso é dirigido a membros e servidores do Ministério Público, professores e/ou estudantes de pós-graduação. São 25 vagas. A coordenação geral é do professor Federico Penna, da International Experience/Tor Vergata, e a coordenação local é do promotor de Justiça Rodrigo Iennaco de Moraes, da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

O objetivo do curso é propiciar uma visão geral sobre a violência doméstica e sobre as políticas criminais de gênero e de menores na Itália.

Fazem parte do curso os temas Direito Penal - Violência Doméstica e Política Criminal; Direito Penal e Orientação Sexual; Violência de Gênero: a visão da doutrina e da jurisprudência italianas; Crimes contra Menores; Vitimodogmática: a vítima na legislação penal italiana; Direito Processual Penal - A vítima no processo penal italiano; Persecução de crimes sexuais; Garantismo e eficiência: redes de proteção à vítima e papel das instituições policiais e judiciárias; e Criminologia - Criminologia feminista; Sociologia do crime: aspectos criminológicos da violência doméstica; Território, imigração e proteção da mulher; O sistema penitenciário na Itália: peculiaridades do encarceramento das mulheres; Vitimologia e direito à segurança pública; e Política Criminal de Proteção da Infância.

Dentre os objetivos específicos estão compreender a realização da justiça criminal na Itália e suas redes de proteção de mulheres e de menores; fomentar uma visão

crítica das Ciências Penais e seus instrumentos de controle social, na perspectiva do direito comparado, capacitando o aluno para lidar com a (a)d(i)versidade na doutrina; aprofundar o estudo sistemático das Ciências Penais no contexto europeu, ressaltando os aspectos pragmáticos de sua aplicação na Itália; fomentar o diálogo intercultural; desenvolver a capacidade de sistematização técnico-jurídica dos principais temas das ciências penais na pós-modernidade; estimular o intercâmbio e o debate

Parceria

O curso é parceria entre a AMMP, a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais e Associazione Culturale International Experience, de outro, terá a seleção de discentes a cargo da Fundação, com vagas reservadas ao Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil.

O eixo metodológico adotado é a abordagem sociopolítica, com acentuado viés "experiential". Nessa linha, o elemento fundamental é a praxis: compreender para transformar, a partir da superação da dicotomia teórico-prática. A problematização da prática social realizada nas aulas expositivas visa à compreensão crítica da prática e à elaboração de propostas de intervenção na prática, tendo em vista sua transformação. Num segundo momento, as atividades teóricas são complementadas com visitas guiadas às instituições responsáveis pela persecução penal, no primeiro e no segundo grau de jurisdição, estimulando o diálogo entre a Academia e as entidades envolvidas na aplicação do Direito Penal no cotidiano forense.

Responsabilidade

A composição do corpo docente é de responsabilidade exclusiva da Universidade de Roma - Tor Vergata, que poderá levar os convidados vinculados a outras instituições de ensino superior ou ligadas à administração da Justiça Penal na Itália (ou da Europa de uma maneira geral). As aulas ministradas serão em língua italiana (ou espanhola, conforme



Fotos FESMP/MG

concernentes à atuação das instituições e agentes envolvidos na persecução dos crimes relacionados à violência doméstica na Itália e no Brasil; reafirmar a necessidade de constante aperfeiçoamento dos institutos jurídico-criminais e permanente atualização (técnica, ética e humanista) dos profissionais da área penal.

Professor Luigi Ferraioli na abertura de sua aula sobre "Verdades e Mitos do Garantismo Penal"

O curso é uma parceria entre a AMMP, a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, de um lado, e a Associazione Culturale International Experience, de outro

eventual docente convidado).

Durante o curso, a Universidade Tor Vergata disponibilizará acesso dos discentes à Biblioteca Jurídica para fins de pesquisa.

O programa definitivo do curso será elaborado pela universidade, servindo a ementa supra como referencial temático.

Primeiro curso em Roma foi um sucesso

O objetivo foi propiciar uma visão geral sobre o Direito Penal italiano e sobre a realização da justiça criminal na Itália, com vistas a fomentar uma visão crítica das ciências penais e respectivos instrumentos de controle social

Foi um sucesso o primeiro curso resultado da parceria entre a Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmp/MG) e a Associação Cultural Internacional Experience, realizado na Universidade de Roma Tor Vergata.

Intitulado “Direito Penal: desafios de eficiência e de legitimidade”, o curso foi realizado entre os dias 19 a 30 de outubro passado. Nomes consagrados da doutrina italiana, como os professores Luigi Ferrajoli, Enzo Musco e Emilio Dolcini, são referência para a qualidade do corpo docente.

Os discentes foram selecionados por uma comissão formada por representantes da AMMP, da Fesmp e do Ceaf, compreenden-

do magistrados, procuradores, promotores, pesquisadores e professores de oito estados da Federação, dentre os quais 22 colegas do Ministério Público de Minas Gerais, informa o promotor de Justiça Rodrigo Iennaco, da 12ª PJ Juízo Criminal de Belo Horizonte, responsável pela coordenação local do curso.

O curso versou sobre a Teoria Geral do Delito e a Dogmática Penal, com incursões sobre o processo penal e a criminologia, sempre numa perspectiva de comparação entre os sistemas italiano e brasileiro. Além de aulas teóricas, os alunos tiveram contato com várias instituições congêneres na Itália, encarrega-

das da investigação, persecução e julgamento criminais, com ênfase nas estruturas dedicadas ao confronto às organizações criminosas de tipo mafioso.

Nesse contexto, informa Iennaco, merecem destaque as visitas institucionais à Divisão Nacional Antimáfia e ao fórum de Frosinone, onde os brasileiros foram recebidos pelas respectivas autoridades encarregadas da atividade-fim, com particular oportunidade de troca de experiências.

Segundo Iennaco, o objetivo foi “propiciar uma visão geral sobre o Direito Penal italiano e sobre a realização da justiça criminal na Itália, com vistas a fomentar uma visão crítica das ciências penais e respectivos instrumentos de controle social, na perspectiva do direito comparado, capacitando o profissional brasileiro para o incremento de suas atribuições perante as instituições brasileiras.”



Rodrigo Iennaco e professores Enzo Musco e Ricardo Cardilli, na abertura do curso



Metodologia

O eixo metodológico adotado foi a abordagem sociopolítica, com acen- tuado viés “experiencial”, informa Iennaco. Nessa linha, o elemento fundamental é a praxis: compreender para transformar, a partir da superação da dicotomia teórico-prática. A problematização da prática social realizada nas aulas expositivas visa à compreensão crítica da prática e à elaboração de propostas de intervenção na prática,

tendo em vista sua transformação.

Num segundo momento, as atividades teóricas foram complementadas com visitas guiadas às instituições responsáveis pela persecução penal, no primeiro grau de jurisdição, estimulando o diálogo entre a Academia e as entidades envolvidas na aplicação do Direito Penal no cotidiano forense.

A composição do corpo docente foi feita pela Universidade de Roma - Tor

Vergata, que convidou professores e profissionais vinculados a outras instituições de ensino superior ou ligados à administração da justiça penal na Itália.

Os alunos foram também recebidos pelo embaixador do Brasil em Roma, e uma reunião de caráter cultural e que bem demonstra a relevância da cooperação entre Brasil e Itália na área de educação e do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Universidade Tor Vergata

A Università degli Studi di Roma Tor Vergata é uma das três universidades públicas de Roma e, certamente, a que apresenta o modelo mais moderno e dinâmico. Iniciou suas atividades nos anos 80.

Foi projetada nos moldes dos campi universitários anglo-saxões, abarcando em sua estrutura importantes centros de pesquisa, como a Agência Espacial Italiana, com a presença de outros órgãos em seu entorno, como o Instituto Nacio-

nal de Física Nuclear.

O campus X conta com uma das estruturas de hospedagem estudantil mais modernas da Itália. Merece destaque, particularmente, o Centro di Studi Giuridici Latinoamericani, criado em 1997, e que foi responsável pela aprovação do projeto encaminhado pela Fundação Escola do Ministério Público de Minas Gerais, bem como pela coordenação acadêmica do curso.

Inscrições para os membros do MP vão até o dia 31 de dezembro

Os interessados em participar do curso deverão enviar o pedido de inscrição, com observância das datas abaixo mencionadas para o e-mail ienaco@mpmg.mp.br consistente em carta de postulação, com link de acesso ao currículo lattes, se tiver; contendo exposição das razões pelas quais pretende realizar o curso, especialmente quanto à repercussão da temática em sua atuação profissional e declaração sobre o nível de compreensão do idioma italiano (recomenda-se mínima compreensão do idioma italiano).

A inscrição para o Minis-

tério Público brasileiro vai até 31 de dezembro. Os promotores e procuradores de Justiça para terem prioridade nas vagas oferecidas deverão enviar a inscrição, impreterivelmente, até 31 de dezembro. Serão reservadas 65

vagas para o MP, entre as quais 20 vagas para o MPMG.

Todos os bacharéis em Direito interessados poderão enviar a inscrição para concorrerem a eventuais vagas remanescentes de 1º de janeiro de 2016 até 20 de março.

O nível de conhecimento do idioma italiano será usado apenas como critério de desempate

Seleção

Os discentes serão selecionados pela Fesmp/MG, mediante análise curricular, em que serão especialmente valorizados: experiência na aplicação do Direito Penal, com atuação prática consolidada; envolvimento do candidato com pesquisas nas ciências penais; a exposição das razões pelas quais pretende realizar o curso, especialmente quanto à repercussão da temática em sua atuação profissional. O nível de conhecimento do idioma italiano será usado apenas como critério de desempate.

O CDEMP tem reservadas 20 vagas.

Valores

O valor do curso, incluindo os demais serviços oferecidos pela International Experience é de €2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta euros) em quarto individual e de €2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta euros) em quarto duplo, por participante.

Acompanhante não participante (vagas limitadas): €850,00 (oitocentos e cinquenta euros).



Promotores de Minas são recebidos pelo embaixador do Brasil em Roma

Certificação

A certificação se dá no nível da “formação complementar”, para fins de atualização e aperfeiçoamento técnico-profissional, sem equivalência às regras, vigentes no Brasil, relativas aos cursos de especialização ou de pós-graduação stricto sensu.

Para obter o certificado, o aluno deve comparecer às aulas e participar das atividades num patamar de,

no mínimo, 80% da carga horária. Caso algum participante esteja na fruição de licença funcional, deverá comparecer a 100% das aulas para obtenção do certificado.

Com o fornecimento da lista dos discentes admitidos à International Experience, cessa a atividade de coordenação local da Fesmp/MG. A elaboração do projeto definitivo e a execução de todas as

fases de preparação e realização do curso são de responsabilidade exclusiva da International Experience.

A Universidade de Roma – Tor Vergata poderá ainda, a seu critério, conforme o projeto definitivo do curso, certificar a apresentação de trabalho escrito sobre a temática ministrada, satisfeitas as correspondentes exigências formais de sistematização.

Descontração e alegria em festa de confraternização

Cerca de 400 associados e convidados reuniram-se na noite do dia 4 de dezembro no Ilustríssimo, em Belo Horizonte, na festa anual de confraternização que fechou oficialmente o calendário da Associação

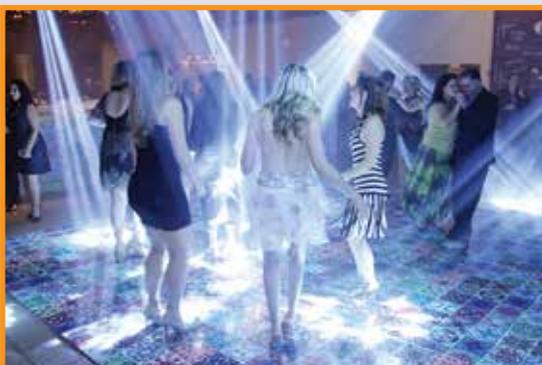
Mineira do Ministério Público (AMMP). O tom descontraído da festa ficou por conta da decoração inspirada em bares da capital mineira. As bandas Zé da Guiomar e Putz Grilla animaram a noite.

FOTOS: ALEX LANZA



...ria deram o tom da ...zação no Ilustríssimo

FOTOS ALEX LANZA



AMMP apresenta balanço das atividades de 2015

Medalha Ozanam Coelho

A diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), que está terminando seu mandato, apresenta, nesta edição, um resumo das atividades de 2015. O ano começou com solenidade no dia 26 de janeiro para a outorga da Medalha Ozanam Coelho aos membros do Ministério Público com 50 anos de ingresso na carreira (foto).

Os agraciados foram Abelardo Teixeira Nunes, Afrânio Proença, Américo Caixeta Santana, Antônio Salles, Arthur Rosenburgo, Átilla de Castro Neves, Benone Antunes Coura, Epitácio Advíncula de Souza, Euflávio Pereira Donato, Geraldo Euzébio de Carvalho, Êlcio Levindo Coelho, Hélio Garcia Cunha, Humberto Salerno Lisboa, Ivam Chaves Ivo, Jesu Ponte, João Cirino de Paiva, João Meira de Aguiar, Joaquim Cabral Netto, Joaquim Celso de Andrade, Joaquim Gonçalves Novaes, José Carlos de Albuquerque, José Carvalho Moreira, José Gaspar Nogueira, José Ribeiro Gomide, Josino Pereira Brito, Juraci Caldas



Barbara Pixoto

Fernandes, Lélío Goulart Paiva, Leonel Pequeno, Luiz Carlos Abritta, Luiz Gomes da Silva, Luiz Gonzaga Pereira de Barros, Luiz Terra, Maria Angélica Lacerda Amarante, Moacyr Bressane Santos, Renato Barrios de Alcântara, René Ferraz, Rober-

to Prates, Romano Pirfo, Vanny Aquino de Rezende, Vicente de Paula Almeida, Waldir Vieira, Yeda Mendonça da Rocha Ferreira, José Antero Monteiro Filho, Edmundo Teixeira da Silva, Walter Jr. Oliveira e Sylvio Fausto de Oliveira.

Prêmio de Jornalismo

Também no dia 26 de janeiro, foi entregue o Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins a Ana Paula Pedrosa e Queila Ariadne (foto), de O Tempo, com a série “Um mineroduto que passou em minha vida”; a Gustavo de Jesus Werneck, do Estado de Minas, autor da reportagem “Aleijadinho – 200 anos sem o gênio”; e a Renato Fonseca, do jornal Hoje em Dia, com a série “Inocência roubada”.



Barbara Pixoto

MP promove Ato Público em repúdio a atentado contra promotor de Justiça

No dia 27 de fevereiro, foi promovido uma Ato Público (foto) em Uberlândia, em repúdio ao atentado sofrido pelo promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, no dia 21 de fevereiro, em Monte Carmelo.

Estiveram reunidos membros de diversas instituições públicas, representantes de entidades da sociedade civil e cidadãos comuns.

O MP brasileiro e demais órgãos integrantes do sistema de segurança pública reafirmaram o compromisso de levar adiante o combate sem tréguas à criminalidade organizada. Participaram do ato o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e



CONAMP

vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Nedens Ulisses Freire Vieira;

e o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt, dentre outras autoridades.



AMAGIS

Estado de Direito

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis) realizaram Ato Público em Defesa do Estado do Direito e da Justiça na tarde do dia 5 de maio, em Ouro Preto, e em repúdio à campanha caluniosa feita pelas redes sociais contra a honra da promotora de Justiça Luíza Tróculo Fonseca e da juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva.

Melhores Práticas do Ministério Público são premiadas

A Associação entregou, no dia 29 de maio, o Prêmio Melhores Práticas do Ministério Público nas categorias Arrazoados Forenses e Iniciativas Extrajudiciais e Decisões Administrativas (foto). Foram agraciados os promotores de Justiça Luciano Ramos Baesso, de São João Nepomuceno; Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema e Matilde Fazendeiro Patente, de Belo Horizonte; e Júlio César Teixeira Crivellari, de Andrelândia. Os destaques na Categoria Extrajudiciais foram Vanessa Maia de Amorim Evangelista, de Manhuaçu; Andressa de Oliveira Lanchotti, de Nova Lima; e Miralda Dias Dourado de Lavor, de Uberaba.



BARBARA PEIXOTO

Agendas

Em 14 e 27 de agosto, a AMMP promoveu a Agenda Regional em Divinópolis e Sete Lagoas, respectivamente. Foram realizadas reuniões de trabalho (foto) e conagraçamento.

A Agenda Regional foi à Zona da Mata em 22 de outubro. A primeira etapa dos trabalhos foi realizada em Juiz de Fora com os promotores da Comarca. Em seguida, foi para Leopoldina, onde foram tratados assuntos institucionais e administrativos.



Pedro Henrique

Festas Junina e das Crianças

Em 4 de julho, a AMMP promoveu mais uma edição de sua tradicional festa junina, reunindo 300 pessoas entre associados, familiares e convidados.

A festa das Crianças foi realizada em 3 de outubro com grande número de associados.

FOTOS: SREZAIU

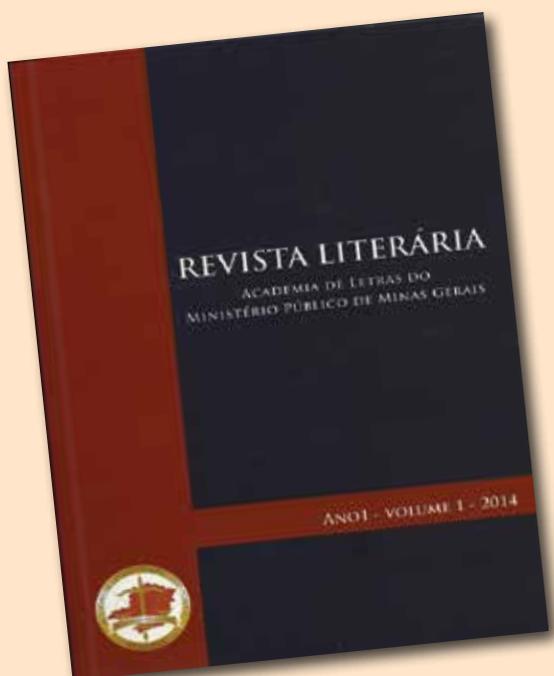


Academia de Letras do MP lança revista literária pioneira no Brasil

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais lançou, na tarde do dia 9 de setembro, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o primeiro volume de sua Revista Literária. Criada para congregar os membros do Ministério Público – da ativa e aposentados – que se dedicam à literatura, a

publicação visa proporcionar aos leitores momentos de reflexão e de entretenimento, contribuindo para o fortalecimento da cultura dentro e fora da seara ministerial.

Com 248 páginas, a Revista conta com peças ministeriais históricas, poemas, acrósticos, contos, crônicas, “causos”, biografias e panegíricos.



A Voz do Ministério Público aborda temas diversos

No dia 27 de fevereiro, foi gravado a primeira edição do ano de *A Voz do Ministério Público* com o procurador de Justiça André Estevão Ubaldino, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado e Investigação Criminal (Caocrimo) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Ubaldino falou sobre o atentado contra o promotor de Justiça da Comarca de Monte Carmelo, Marcus Vinícius Ribeiro, e suas repercussões na atuação dos demais membros do Ministério Público.

No dia 10 de março, o entrevistado foi o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente de Minas Gerais (Caoma). Ele falou sobre a grave crise no abastecimento de água e o papel do MP.

A promotora de Justiça Paola Domingues Botelho, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude, foi a entrevistada do dia 24 de março. Ela falou sobre a PEC 171/93, que pretende tornar penalmente imputáveis os adolescentes a partir dos 16 anos. No dia 6 de abril, foi a vez da promotora de Justiça Matilde Fazendeiro Patente, da 23ª Promotoria da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, que falou sobre a situação das mulheres grávidas usuárias de drogas, especialmente de crack.

O promotor de Justiça Eduardo Nepomuceno de Souza, titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte, foi o entrevistado de *A Voz do Ministério Público* do dia 14 de maio. Ele falou sobre os novos problemas detectados nos viadutos do complexo Pedro I, quase um ano após a queda do viaduto Guararapes.

Institutos processuais

No dia 16 de junho, o promotor de Justiça Marcos Pereira Anjo Coutinho, assessor especial do Procurador-geral de Justiça junto à Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade, foi o entrevistado de *A Voz do Ministério Público*. Ele falou sobre a reforma do Código de Processo Civil e as novidades nos institutos processuais.

No dia 30 desse mesmo mês, a entrevistada foi a promotora de Justiça Nívia Monica Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional – CAO Direitos Humanos, que falou sobre o controle externo da atividade policial e o enfrentamento às resistências opostas a essa função essencial do MP.

O promotor de Justiça Bruno Alexander Vieira Soares, da Promotoria de Defesa da Saúde de Belo Horizonte, foi o entrevistado do dia 11 de agosto. Ele falou sobre a Ação Civil Pública que a



▲ Benny Cohen e André Estevão Ubaldino

Promotoria ajuizou contra o município de Belo Horizonte em benefício de 53 pacientes carentes, portadores de transtorno mental que necessitam de unidade terapêutica e acolhimento.

No dia 27 de agosto, o promotor de Justiça Edson de Resende Castro, coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral, foi o entrevistado de *A Voz do Ministério Público*. Ele falou sobre a PEC da Reforma Política em tramitação no Congresso Nacional e os impactos das alterações no sistema eleitoral brasileiro.



▲ Paola Domingues, Matilde Fazendeiro e Bruno Alexander

O programa vai ao ar às terças-feiras, às 12h30 e às 22 horas, pela TVCBH - canal 6 NET; canal 13 da OI e pelo site www.tvcbh.com.br. É reprisado pelo mesmo canal às quintas-feiras, às 14 e às 22 horas; aos sábados, às 8h30; e, aos domingos, às 13 horas. É também exibido pela TV Assembleia, às segundas-feiras, às 19h30; às quartas-feiras, às 2 da manhã; às quintas, às 5 da manhã; e, aos sábados, às 6h30.

AMMP reúne aposentados e pensionistas

Para tratar de assuntos administrativos, foi realizada, no dia 2 de março, reunião de trabalho com aposentados e pensionistas. O encontro foi coordenado pelo presidente da AMMP, Nedens Ulisses.

Participaram o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani; a diretora financeira da AMMP, Selma Maria Ribeiro; o presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, Luiz Carlos Abritta; e a pensionista Neiva Prudente.

Confraternização

No dia 1º de agosto, a AMMP promoveu a tradicional confraternização de aposentados e pensionistas, que foram



PHOTO HENRIQUE

recebidos pelo presidente Nedens Ulisses, com a diretora financeira Selma Maria Ribeiro; o diretor do AMMP-Saúde, Edson Baeta; e a assessora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas, Marlene Fernandes. O encontro, animado pelo

cantor Paulo Brandão, com MPB na trilha sonora, reuniu cerca de 120 associados (foto). A pensionista mais antiga da AMMP, Agueda Drummond, de 102 anos, veio de Itabira especialmente para a confraternização.

Esporte tem destaques

Maratona

O promotor de Justiça Alberto Bogliolo se destacou, em fevereiro, na primeira Maratona Caixa de Brasília, correndo 42 km. Foi o primeiro colocado na faixa de 40 a 44 anos, concluindo a prova em 3h02min15seg. Em abril, completou os 15 km da Corrida Cidade Viva – Festival Esportivo da Cidade Administrativa, ficando em oitavo lugar na classificação geral, e o primeiro, em sua faixa etária. Em junho, completou a Maratona Internacional de Porto Alegre - 42,2 km, com o tempo de 2h58min, a terceira, com tempo abaixo de 3 horas. Ficou em segundo lugar na 4ª edição da Corrida Cruzeiro.

Kart

Em 28 de março foi promovida a 3ª Copa AMMP de Kart em Vespasiano, com 40 pilotos. O campeão foi Igor Peixoto.

Futebol

Em maio, foi a vez do Torneio Estadual de Futebol, em Capitólio. A final foi disputada entre o Catadão do Hugo e o “Time do Diretor”, que se sagrou campeão.

Futebol Society

A equipe Master de futebol trouxe, em setembro, o título de campeã do Torneio Nacional de Futebol Society, realizado em São Paulo.

Tênis

Foi promovido em setembro também o Torneio AMMP de Tênis com a participação de associados de várias partes do Estado. Os vencedores foram Daniela Chain, no feminino; Antônio de Pádova, no masculino e no avançado, Guilherme Roedel levou o troféu para Montes Claros.



AMMP



AMMP



FELIPE JAVARE

Da indevida equiparação do Delegado de Polícia ao Juiz de Direito para fins de audiência de custódia

Chamou atenção dos operadores do Direito e, sobretudo, dos que militam no âmbito criminal, decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, em aresto do qual se extrai o seguinte trecho:

“Quando à afirmada ilegalidade da prisão em flagrante, ante a ausência de imediata apresentação dos pacientes ao Juiz de Direito, entendendo inexistir qualquer ofensa aos tratados internacionais de Direitos Humanos. Isto porque, conforme dispõe o art. 7º, 5, da Convenção Americana de Direitos Humanos, toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais. No cenário jurídico brasileiro, embora o Delegado de Polícia não integre o Poder Judiciário, é certo que a Lei atribui a Esta autoridade a função de receber e ratificar a ordem de prisão em flagrante. Assim, in concreto, os pacientes foram devidamente apresentados ao Delegado, não se havendo falar em relaxamento da prisão. Não bastasse, em 24 horas, o juiz analisa o auto de prisão em flagrante” (TJSP – HC n. 2016152-70.2015.8.26.0000- Rel. Guilherme de Souza Nucci, j. 12.05.2015).

Ressalte-se, de plano, que tal decisão é anterior ao Provimento nº 03/2015, da Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça daquele Tribunal, datado de 22 de janeiro de 2015 e que instituiu, no âmbito estadual, a chamada audiência de custódia.

Pois bem. Pelo teor da decisão, tem-se que a apresentação do preso ao Delegado de Polícia, atenderia ao requisito exigido pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que, em seu art. 7º., 5, dispõe que “toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais” (grifamos).

A despeito de entender que a realização da audiência de custódia - com a qual concordamos - esteja a merecer algum aprimoramento para sua aplicação prática (e a edição de uma lei nesse sentido, a substituir provimentos, seria bem-vinda), tenho como extremamente forçado equiparar a figura do juiz ao do delegado de polícia, ambos considerados como “autoridades”, para fins de apresentação do preso.

A alusão formulada no acórdão, quanto à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), foi, sob minha ótica, totalmente equivocada. É que a CADH, no art. 7º., 5, dispõe que “toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais”. Redação idêntica tem o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos: “Todo o indivíduo preso ou detido sob acusação de uma infração penal será prontamente conduzido

perante um juiz ou uma outra autoridade habilitada pela lei a exercer funções judiciais” (art. 9º., 3). Ambos os diplomas, como é sabido, foram ratificados pelo Brasil.

Não se trata, pois, de qualquer autoridade, como sugeriu a decisão, mas de autoridade legalmente autorizada ao exercício de função judicial. Creio não ser o caso do delegado de polícia. Haverá quem indague, em sentido contrário, em que consistiria essa “outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais”. É difícil afirmar, já que os pactos possuem uma abrangência mundial, devendo atentar, bem por isso, a realidade interna de cada nação que os subscrevem. Decerto que alguns países devem contar com uma autoridade que, embora não seja juiz, exerça as funções judiciais, legalmente autorizado a tanto. Mas não precisamos ir longe. Em nosso país e mais precisamente no Estado do Rio Grande do Sul, há ainda a figura do pretor, embora a Lei Estadual nº 14.235/13 preveja a extinção de tais cargos na medida em que forem se vagando. Tratava-se, antes da vigência da mencionada lei gaúcha que os equiparou aos juízes, de uma autoridade que, embora não sendo um magistrado de carreira, exercia funções equiparadas ao juiz. Não tenho dúvida em afirmar, assim, a inexistência de qualquer impedimento no sentido de que, no Estado do Rio Grande do Sul, eventualmente implantada a audiência de custódia, seja o preso apresentado a um pretor. Não será o caso, em relação às autoridades policiais, das demais unidades da Federação que implantarem a mencionada audiência.

Longe de se pretender estabelecer, com essa premissa, qualquer demérito à função do Delegado de Polícia. Com efeito, ele possui, obrigatoriamente, formação jurídica e assume as funções que lhe são inerentes mediante a aprovação em concurso público, tal qual juízes, promotores e demais membros das chamadas carreiras jurídicas. Inexiste, outrossim, qualquer subordinação hierárquica entre o delegado de polícia, o promotor de Justiça e o juiz de direito. Essas impressões são reforçadas pela Lei nº 12.830/2013, que, em seu art. 2º., identifica as funções de polícia judiciária como de natureza jurídica e determina que ao delegado de polícia seja dispensado “o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados” (art. 3º.).

Bem por isso, já assentou no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando da análise de uma prisão em flagrante, que “o Delegado de Polícia não tem função robotizada. É bacharel em Direito. Submete-se a concurso



Arquivo Pessoal

“Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais”

público. Realiza, na própria Instituição, cursos específicos. Tem, na estrutura de sua função, chefias hierárquicas e órgão correcional superior. Não se pode, pois, colocar seu agir sempre sob a suspeita de cometimento de crime de prevaricação, caso não lavre o flagrante, principalmente quando esse seu agir pressupõe decisão de caráter técnico-jurídico, como o é no caso do auto de flagrante. Está na hora, pois, mormente neste momento em que se procura alterar o Código de Processo Penal, de se conferir ao Delegado de Polícia regras claras e precisas para que o exercício de sua função não seja um ato mecânico, burocrático, carimbativo, dependente, amedrontado ou heróico, enfim, não condizente com a alta responsabilidade e dever que a função exige, até para que se possa cobrar plenamente essa responsabilidade que lhe é conferida e puni-lo pelos desvios praticados” (HC 370.792).

Daí a se concluir que atenderia aos termos das convenções internacionais, às quais aderiu o Brasil, a apresentação do preso à autoridade policial, parece que vai grande distância. Imagine-se, de resto, a situação na qual o preso experimente alguma violência perpetrada por agentes policiais. Ora, a apresentação do preso ao delegado de polícia certamente frustraria o objetivo da norma. Lembremos que o art. 7º., inc. I do Provimento n. 03/2015, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, elenca que dentre as atribuições do juiz a quem é apresentado o preso, durante a audiência de custódia, encontra-se a determinação de “exame clínico e de corpo de delito do autuado”, a fim de apurar “possível abuso cometido durante a prisão em flagrante”. Nada disso restaria apurado caso a apresentação ocorresse à autoridade policial. São as razões pelas quais identifiquei o equívoco da decisão.

* Promotor de Justiça no Estado de São Paulo, Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e professor do Sistema SEB-Estácio.

AMMP participa da Volta Internacional da Pampulha

FOTOS: FELIPE JAVARE



A equipe da AMMP participou, em 6 de dezembro, da XVII Volta Internacional da Pampulha. No sábado que antecedeu a prova, o percurso foi aferido pela organização do evento.

Neste ano, a prova teve exatos 17.599 metros, por não ter passado em frente à Igreja São Francisco de Assis.

Cerca de 14 mil atletas, entre amadores e

profissionais, participaram. Entre eles, o mineiro Giovani dos Santos, que com o tempo de 52min-32seg, venceu a corrida pela quarta vez. Mas não foi fácil. Ele foi seguido de perto por dois corredores africanos que chegaram com os tempos de 52min36seg e 52min38seg, respectivamente. A diferença foi de apenas 6 segundos entre os três primeiros colocados. Uma das finais mais disputadas da história da prova.



Confraternização

Depois da Volta Internacional da Pampulha, os associados participaram do almoço de confraternização na sede da AMMP. O evento foi aberto aos frequentadores da Academia e àqueles que participaram de algum dos eventos realizados durante o ano. Foi um brinde à saúde, à união, ao companheirismo e às coisas boas que o esporte proporciona.

Acompanhe as novidades e a cobertura dos eventos no Facebook. Cadastre seu e-mail na Academia da AMMP e fique por dentro de todas as atividades.

Circuito das Estações

No dia 29 de novembro, a etapa Verão fechou o Circuito das Estações de Corrida de rua. A prova é uma das principais do calendário de provas dos mineiros. O circuito é formado por quatro etapas: cada uma em uma estação do ano. Dessa forma, o próprio atleta pode acompanhar seu desempenho, de acordo com as diferentes condições climáticas.

As provas são disputadas em percurso de 5 e de 10 km.

All Limits reuniu também associados



Corrida, natação e bicicleta, juntos, em um cenário lindo, assim foram realizadas as provas do All Limits, realizadas na Lagoa dos Ingleses, em Nova Lima (foto). As modalidades podem ser disputadas de forma isolada ou em um Triathlon.

Para comportar tantas atividades, o evento é sempre realizado em dois dias. Faça chuva ou faça sol, milhares de atletas separam a data

no calendário anual de treinamentos para poder participar.

Entre os atrativos principais estão as várias possibilidades de disputa, dentro de cada modalidade. Cada uma oferece três categorias, para que todos possam participar e testar seus limites.

A segunda etapa foi promovida nos dias 14 e 15 de novembro.

Boas Festas! Feliz Ano Novo!

A Siena Corretora de Seguros deseja a todos os associados da AMMP um Feliz Natal e um 2016 pleno de sucesso e realizações.

Visite o Portal de Seguros da AMMP: www.sienaseguros.com.br/ammpseg

